



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
ESTADO DO PARANÁ



**PARECER JURÍDICO Nº 040/2024 - I**

**Ementa: Análise sobre o Ofício TCE PR apresentando ACÓRDÃO DE PARECER PRÉVIO. REGULARIDADE COM RESSALVA. Exercício Financeiro de 2022.**

A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização da Câmara Municipal de Guaíra PR, através de sua Presidente a Vereadora Tereza Camilo dos Santos, solicita parecer jurídico sobre a mensagem contida no Ofício nº 667/24-ODP-GD, do Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de encaminhamento de ACÓRDÃO DE PARECER PRÉVIO nº 167/24 – PRIMEIRA CÂMARA, que posicionou-se UNANIMEMENTE pela REGULARIDADE COM RESSALVA DAS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2022 DA GESTÃO DO ILMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL HERALDO TRENTO.

Assim, em breve relato passa à apreciação.

**II – ANÁLISE JURÍDICA**

Inicialmente, a análise deste parecerista se dá sob o aspecto jurídico, como competência e base da legislação aplicável, sem discussões de ordem técnica ou juízo de mérito sobre o tema, de análise exclusiva do colegiado parlamentar.

Trata-se, portanto, de análise do encaminhamento para julgamento por este Colegiado, das contas do exercício de 2022, que obtiveram parecer pela regularidade COM RESSALVA e que demandam a emissão de Decreto Legislativo, nos termos das normas constitucionais, da Nossa Lei Orgânica e do Regimento Interno deste Poder Legislativo, conforme se depreende dos dispositivos abaixo reproduzidos.

A competência para julgar as contas de gestão dos prefeitos é conferida ao Poder Legislativo, o qual conta com o auxílio do Tribunal de Contas, conforme Disciplina a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAIRÁ**  
ESTADO DO PARANÁ



**Art. 31.** A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

§ 2º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 3º As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

Nossa Carta Local dá competência exclusiva para a matéria:

**Art. 29** Compete exclusivamente, a Câmara Municipal, entre outras, as seguintes atribuições:

...

V - julgar as contas anuais do Município e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

...

Nesta esteira, normatizado pelo Regimento da Câmara, encontramos:

**Art. 150.** Os projetos de decreto legislativo destinam-se a regular as matérias de exclusiva competência da Câmara, sem a sanção do Prefeito e que tenham efeito externo, notadamente nos casos de:

...

III - aprovação ou rejeição das contas do Município;

**Art. 252.** As contas do Prefeito e da Câmara Municipal, acompanhadas do balanço, serão enviadas ao Tribunal de Contas até 31 de março do exercício seguinte.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
ESTADO DO PARANÁ



§ 1º. O julgamento das contas far-se-á no prazo máximo de 60 (sessenta) dias do recebimento do parecer pela Câmara, o qual apenas deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos Vereadores.

§ 2º. O prazo de que trata o parágrafo anterior não corre no recesso.

**Art. 253** *Recebido o parecer do Tribunal de Contas, a Mesa, após leitura em Plenário, distribuir-se-á cópias do parecer e do balanço anual aos Vereadores e enviará o processo à Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, que terá o prazo de 20 (vinte) dias para opinar sobre as contas do Município, acompanhado do projeto de decreto legislativo, pela aprovação ou rejeição das contas.*

§ 1º. *Findo o prazo a que se refere o caput deste artigo, a Comissão apresentará parecer e projeto de decreto legislativo, pela aprovação ou rejeição das contas.*

§ 2º. *Até 10 (dez) dias após o recebimento do processo, a Comissão receberá dos Vereadores pedidos por escrito, de informações sobre determinados itens da prestação de contas.*

§ 3º. *Pode a Comissão, para responder aos pedidos de informações previstos no parágrafo anterior ou para aclarar pontos constantes da prestação de contas:*

*I - vistoriar documentos em qualquer repartição municipal;*

*II - solicitar esclarecimentos complementares ao Prefeito na forma do artigo 47 da Lei Orgânica Municipal.*

§ 4º. *Cabe a qualquer Vereador o direito de acompanhar os trabalhos da Comissão durante a tramitação do processo neste órgão da Câmara.*

*(alteração pela Resolução n° 001/2020)*

**Art. 254.** Nas sessões em que estiver em pauta o projeto de decreto legislativo a que se refere o § 1º do artigo anterior, o mesmo terá exclusividade na Ordem do Dia reservada à apreciação da matéria.

§ 1º. As sessões serão prorrogadas, se necessário, pelo Presidente até que se conclua a votação da matéria.

§ 2º. Vencido o prazo estabelecido no *caput* do artigo anterior sem a deliberação do Plenário sobre as contas, a Câmara funcionará em sessões extraordinárias até que se ultime a votação do respectivo projeto de decreto legislativo.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
ESTADO DO PARANÁ



§ 3º. Não se admitirão emendas ao projeto de decreto legislativo.

**Art. 255.** O projeto de decreto legislativo contrário ao parecer do Tribunal de Contas deverá expressar os motivos da discordância.

**Art. 256.** Rejeitadas as contas, serão elas remetidas imediatamente ao Ministério Público para os devidos fins.

**Art. 257.** As decisões da Câmara sobre as contas da Mesa deverão ser publicadas na forma da lei com comunicação ao Tribunal de Contas do Estado.

O Supremo Tribunal Federal também já decidiu, no Recurso Extraordinário 848826/DF (Repercussão Geral), que cabe à Câmara Municipal, auxiliada pelo Tribunal de Contas, apreciar as contas do Poder Executivo Municipal, abrangendo a análise tanto das contas de governo quanto as de gestão. Ainda, no Recurso Extraordinário 729744/MG (também de Repercussão Geral), firmou entendimento no sentido da natureza meramente opinativa do parecer prévio do Tribunal de Contas, de forma que compete exclusivamente à Câmara Municipal julgar as contas anuais do Prefeito, sendo vedado o seu julgamento ficto por decurso do prazo.

Sobre a tomada de contas do Prefeito e o que deve ser analisado pela Câmara Municipal, Leciona Hely Lopes Meirelles, A Câmara Municipal, diretamente ou com o auxílio do Tribunal de Contas, fiscalizará o cumprimento das normas da Lei Complementar 101, de 4.5.2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), com ênfase no que se refere aos incisos de seu art. 59, a saber: I – atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias (LDO); II – limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar; III – medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22-23; VI – providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidadas e mobiliária aos respectivos limites; V – destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as dessa lei complementar; VI – cumprimento do limite de gastos totais dos Legislativos Municipais, quando houver. (...) O controle das contas do Município deve ser exercido nos seguintes aspectos: da natureza dos fatos controlados (contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial); da amplitude do controle (Administração Municipal direta e indireta); da legalidade; legitimidade; economicidade; aplicação das subvenções; e de renúncia de receita. (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Municipal Brasileiro. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 695/696)

Nesta ambiência material é que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por sua Primeira Câmara, emitiu o PARECER PRÉVIO recomendando o julgamento pela **REGULARIDADE COM RESSALVA** das contas do Prefeito Municipal de Guairá, exercício 2022.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
ESTADO DO PARANÁ



### III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, entende-se estar apta a proposição para julgamento e emissão do competente Decreto Legislativo.

Não há recomendações passíveis de atenção deste colegiado.

Contudo o parecer restringe-se aos aspectos acima apontados na sua vertente de constitucionalidade e legalidade, sem embargo de outras opiniões a serem avaliados pelos senhores Vereadores membros da Comissão e pelo Plenário. Tal a legitimidade conferida na representação eleitoral e no exercício fundamental do voto parlamentar.

Guaíra, datado eletronicamente

**Israel Francisco dos Santos**  
Advogado Público OAB/PR 32.307 – Matrícula 1036

**CONTROLE INTERNO  
PARECER Nº 04/2024  
PRESTAÇÃO DE CONTAS  
ANUAL DO PODER  
EXECUTIVO  
REFERENTE AO  
EXERCÍCIO DE 2022**

## **1. RELATÓRIO**

Trata-se de prestação de contas anual do Município de Guaíra referente ao exercício de 2022, a prestação de contas do Município foi encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) que analisou a prestação de contas e emitiu parecer prévio, o qual foi encaminhado a Câmara dos Vereadores do Município de Guaíra por meio do Ofício 667/2024 – OPD – GP. No tocante a análise prévia emitida pela Egrégia Corte de Contas, as contas de gestão do Prefeito Municipal foi aprovada com ressalvas.

Considerando as responsabilidades atribuídas à Controladoria Interna pela Lei Municipal 2.120/2019, especificamente no que se refere à organização e assistência às atividades das Comissões Parlamentares relacionadas às competências da Unidade de Controle Interno da Câmara Municipal de Guaíra, segue o parecer de caráter opinativo.

## **2. ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO**

Preliminarmente, é importante destacar que o julgamento das contas do Prefeito Municipal é um processo crucial para a transparência e a responsabilidade na gestão pública. Este procedimento está previsto em diversas normas constitucionais e legais que visam

assegurar a correta aplicação dos recursos públicos e a eficiência na administração municipal, segundo a Constituição Federal Brasileira de 1988<sup>1</sup> a função fiscalizatória é exercida pelo Poder Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas, conforme abaixo disposto:

Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

§ 2º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Ademais, nota-se que o a Constituição Federal, bem como a Lei Orgânica dos Municípios exigem que a prestação de contas do Prefeito deve ser apresentada anualmente à Câmara Municipal, acompanhada do parecer do Tribunal de Contas, que somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal. Esta é responsável por analisar esse parecer e decidir sobre a aprovação ou rejeição das contas. O julgamento deve considerar a conformidade com a legislação vigente, a regularidade das despesas e receitas e a eficiência na execução dos orçamentos.

Além da Constituição, o processo é regulado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que estabelece princípios e normas para a gestão fiscal responsável. Esta lei exige que o Prefeito preste contas detalhadas e documentadas, assegurando que as despesas e receitas estejam de acordo com o orçamento aprovado e as normas legais. Ademais, a doutrinadora Di Pietro<sup>2</sup> estabelece importantes considerações sobre essa temática:

Nos âmbitos estadual e municipal, as normas sobre fiscalização contábil, financeira

<sup>1</sup> BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 07 ago. 2024

<sup>2</sup> DI PIETRO. Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 33 ed. Rio de Janeiro: editora Forense LTDA, 2020. p. 1686.

e orçamentária aplicam-se aos respectivos Tribunais e Conselhos de Contas, conforme artigo 75. Com relação aos Municípios, o artigo 31 da Constituição prevê o controle externo da Câmara Municipal, com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas, onde houver. Pelo § 2º, o parecer prévio emitido pelo órgão competente sobre as contas anuais do Prefeito só deixará de prevalecer por decisão de 2/3 dos membros da Câmara Municipal. E o § 3º contém uma inovação, ao determinar que as contas dos Municípios ficarão, durante 60 dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei. É mais uma hipótese de **participação popular** no controle da Administração.

## **2.1 DA ANÁLISE DO PARECER PRÉVIO DO TRIBUNAL DE CONTAS**

O presente parecer visa detalhar a análise do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas sobre as contas anuais do Prefeito Municipal. O parecer prévio é um documento técnico essencial que orienta a Câmara Municipal na decisão sobre a aprovação ou rejeição das contas do Executivo Municipal. O processo é regido pela Constituição Federal, pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pelas normas específicas do Tribunal de Contas.

### **2.1.2 – DO VOTO DO TRIBUNAL DE CONTAS**

Preliminarmente, da análise do parecer prévio, nota-se que a Egrégia Corte de Contas votou pela regularidade com ressalvas das contas de do senhor HERALDO TRENTA, na qualidade de prefeito do Município de Guaíra.

### **2.1.3 – DA ANÁLISE DAS RAZÕES QUE ENCEJARAM A RESSALVA**

A análise das razões que levaram à emissão de ressalvas no parecer prévio do Tribunal de Contas é uma fase crucial no processo de julgamento das contas do Prefeito Municipal. Quando o Tribunal de Contas emite uma ressalva, isso indica a existência de irregularidades ou deficiências que, embora não comprometam a totalidade das contas, necessitam de atenção e correção.

Essas ressalvas são apontamentos técnicos que refletem preocupações específicas



relacionadas à gestão fiscal e administrativa. Elas podem variar desde pequenas inconformidades até falhas mais significativas na aplicação dos recursos públicos. Portanto, a análise das razões por trás das ressalvas exige uma investigação detalhada das causas e dos contextos em que essas irregularidades surgiram, visando entender sua origem e impacto na gestão das finanças municipais.

Diante disso, passa-se a análise das razões que originaram as ressalvas. Ao analisar o voto e a deliberação do Plenário da Corte de Contas verificou-se que a ressalva foi em decorrência de um baixo desempenho na avaliação da atuação governamental nas áreas de Administração Financeira e na Saúde municipal, a entidade obteve as seguintes notas, respectivamente, 3,56 e 5,70 de um total de 10 pontos possíveis.

### **3. DAS RECOMENDAÇÕES E ORIENTAÇÕES**

Embora o Tribunal de Contas tenha aprovado as contas do Prefeito Municipal com ressalvas, isso não isenta o Poder Legislativo de sua responsabilidade fiscalizadora e julgadora. Mesmo com a aprovação, a função de controle e supervisão atribuída à Câmara Municipal permanece essencial e deve ser exercida com rigor.

Nesse contexto, é crucial que a Casa Legislativa não apenas reconheça as ressalvas apontadas pelo Tribunal, mas também intensifique suas atividades de fiscalização para garantir que as questões identificadas sejam devidamente endereçadas. A Câmara deve acompanhar de perto, avaliando as medidas corretivas adotadas e assegurando que as práticas administrativas estejam em conformidade com a legislação vigente. Ademais, é importante destacar que o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas encaminhou os autos da prestação de contas à Coordenadoria Geral de Fiscalização – CGF para ciência e, caso entenda cabível, incluir o município no Plano Anual de Fiscalização – PAF. Assim sendo, é importante que os vereadores estejam ciente desse fato e também exerçam efetivamente sua função fiscalizatória.

Diante do exposto acima, esta **CONTROLADORIA** entende necessário realizar



algumas recomendações e orientações aos vereadores desta Casa.

- Os vereadores têm a responsabilidade constitucional de exercer a função de fiscalização, acompanhando de perto os pontos críticos que originaram as ressalvas emitidas pela Egrégia Corte de Contas.
- A realização de pedidos de informação aos secretários responsáveis pelos setores deficitários, nos termos do art. 58 da CF e do Regimento Interno.
- Caso os vereadores da Casa julguem necessário é possível a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores, nos termos da Constituição Federal (CF).

#### **4. DA CONCLUSÃO**

Com base na análise apresentada, a Controladoria opina favoravelmente à continuidade do projeto de decreto legislativo que aprecia as contas do prefeito para análise das comissões competentes e subsequente deliberação no plenário desta casa legislativa. É crucial ressaltar que essa opinião é de natureza técnica e consultiva, não substituindo a prerrogativa dos parlamentares de decidirem sobre o conteúdo do referida ato normativo.

Ademais, destaca-se que a opinião emitida pela Controladoria não isenta a identificação ou correção de eventuais irregularidades não detectadas durante a análise preliminar. Caso necessário, encaminhamentos administrativos e legais pertinentes serão adotados conforme o contexto da situação.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
ESTADO DO PARANÁ



**JOAO VICTOR DA SILVA QUEIROZ**  
ANALISTA LEGISLATIVO DE CONTROLE INTERNO

Guaíra/Paraná, 07 de agosto de 2024.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
**PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA**  
ESTADO DO PARANÁ

---

